Processo n.º 196/2006

(Recurso Crime)

Data: 15/Junho/2006

ASSUNTOS:

- Liberdade condicional

SUMÁRIO:

1. A ponderação a fazer no que toca à concessão da liberdade condicional deve ter em conta, para além da vertente da prevenção geral, ainda a prevenção especial, relevando negativamente a conduta do condenado e devendo olhar-se o passado criminal do recluso numa análise retrospectiva projectada sobre a realidade actual com incidência sobre o devir social, em termos de prognose.

2. Não bastando um bom comportamento, numa situação em que para além deste factor, todos os pareceres (Técnico Social, Chefe dos guardas, Director do EP, MP) são unânimes no sentido da libertação e em que o recluso mostra saber ocupar os tempos livres, presta trabalhos de limpeza no EP, se perspectiva uma serena integração familiar (no seio de mulher e filhos) e social, com garantias de trabalho na agricultura em terreno explorado pela sua família, há dados que apontam para um efectivo arrependimento do mal praticado, é possível formular um juízo de

prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente em liberdade, vista a evolução da sua personalidade em face do seu comportamento prisional, mesmo quando o crime praticado assumiu alguma gravidade.

O Relator,

João A.G. Gil de Oliveira

Processo n.º 196/2006

(Recurso Penal)

Data: 15/Junho/2006

Recorrentes: A

Objecto do Recurso: Despacho que indeferiu
o pedido de liberdade condicional

ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

I – RELATÓRIO

O recorrente A, não se conformando com o despacho que lhe indeferiu o pedido de liberdade condicional, dele veio interpor recurso para este Tribunal, concluindo as suas alegações do seguinte modo:

O pedido de liberdade condicional apresentado pelo recorrente foi indeferido pelo Mm.º Dr. Juiz através do despacho constante de fls. 54 dos autos.

O requisito formal de liberdade condicional consiste no cumprimento de dois terços da pena e no mínimo de seis meses; enquanto o requisito material implica que, após uma análise sintética das situações gerais do condenado e atenta às necessidades de prevenção e especial do crime, o Tribunal chega a um juízo de que a reintegração

na sociedade e a liberdade condicional do condenado revelam- se favoráveis à ordem jurídica e à paz social.

Após uma análise sintética das situações globais do recorrente, tais como as necessidades de prevenção especial e geral, sabe-se que o recorrente não vai afectar a ordem jurídica e a paz social depois da sua reinserção na sociedade, e por isso, deve ser lhe concedida a liberdade condicional.

Pelo exposto, o recorrente preenche plenamente os requisitos formal e material de liberdade condicional.

O recorrente preencheu o disposto no artigo 56.º do Código Penal de Macau, pelo que, os Mm.º Juízes devem conceder-lhe a oportunidade de liberdade condicional, sob pena de violação do dito artigo.

Por fim, solicita-se ao tribunal superior que faça uma decisão justa como sempre.

O Digno Magistrado do Ministério Público ofereceu douta **resposta** dizendo, em síntese:

De acordo com o disposto no artigo 56.º do CP, sabe-se que o pressuposto da concessão de liberdade condicional é obrigatoriamente o preenchimento dos requisitos formal e material. Em termos de requisito formal, o recorrente já o preencheu, e, quanto ao requisito material, é obrigatório que sejam atingidos os objectivos de prevenção geral e especial.

Relativamente à prevenção geral, como o recorrente já cumpriu 18 meses de pena de prisão, é de acreditar que o objectivo de prevenção geral foi atingido.

E no que respeita à prevenção especial: o recorrente é camponês; esta constitui a primeira vez que ele foi condenado na pena de prisão, e ele já cumpriu 18 meses de prisão, comportando-se bem e nunca cometeu quaisquer infracções, e para além disso, começou a fazer trabalhos de limpeza a partir de Junho do ano passado, pelo que, há razões para acreditar que, tendo cumprido a pena de prisão por 18 meses, o recorrente já conheceu muito bem as consequências do crime e não ia voltar a cometer crimes. E ao mesmo tempo, é preciso ter em conta a necessidade de fazer o condenado reintegrar-se na sociedade e lidar a vida com atitude responsável perante a sociedade na condição de a reinserção do mesmo na sociedade não influenciar a paz social e a ordem pública. E a liberdade condicional é exactamente o meio ideal para atingir esse fim.

Face ao exposto, entendemos que deve ser concedida ao recorrente a liberdade condicional, e também é da nossa opinião que a decisão recorrida não observou de forma adequada o disposto no artigo 56.º do Código Penal de Macau.

O Exmo Senhor Procurador Adjunto oferece o **douto parecer** seguinte:

Assiste, a nosso ver, razão ao recorrente.

Conforme tem decidido este Tribunal, na esteira do preceituado no art. 56º do C. Penal, a liberdade condicional é uma medida a conceder caso a caso, “dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação a defesa da ordem jurídica e da paz social” (cfr., por todos, ac. de

12-6-2003, proc. n.º 116/2003).

E, no caso presente, mostra-se verificado, a nosso ver, o pressuposto referido na al. a) do n.º 1 do citado normativo.

Isso mesmo se reconhece, implicitamente, no duto despacho recorrido – com base, naturalmente, nos elementos constantes dos autos.

O comportamento prisional do recorrente, desde logo, não é passível de quaisquer reparos.

Tendo merecido a avaliação de “Bom”, alcançou ainda, como recluso, a classificação de “Confiança”.

A partir de Junho do ano passado, começou a fazer trabalhos de limpeza, sem o registo de qualquer problema.

Tem perspectivas de trabalho, num campo que os seus familiares têm no interior da China.

Sintomaticamente, aliás, os diversos pareceres das entidades responsáveis apontam no sentido favorável á sua libertação.

Do exposto flui, em suma, a possibilidade de formulação de um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente em liberdade.

A decisão impugnada, entretanto, baseou-se no requisito previsto na al. b) do mesmo dispositivo.

Vejam.

O recorrente foi condenado pelo crime de passagem de moeda falsa, p. e p. nos artigos 255º, n.º 1, al. a) e 243º, al. d), do C. Penal.

A defesa da ordem jurídica e da paz social, como é sabido, corresponde a exigências de prevenção geral positiva no seu grau mínimo (cfr. Figueiredo Dias, Direito Penal Português – As Consequências Jurídicas do Crime, 540).

Se bem que seja exigida a verificação cumulativa dos pressupostos mencionados no n.º 1 do art. 56º, afigura-se-nos incontroversa a prevalência do contemplado na respectiva al. a).

O C. Penal de Portugal, de resto, no caso de cumprimento de dois terços da pena, prescinde, em absoluto, do referenciado na subsequente al. b).

Em anotação ao preceito correspondente – art. 61º - Maia Gonçalves expende que “a proximidade de uma libertação definitiva e incondicional, a par da exigência do condicionalismo da al. a) ..., aconselham que, mesmo com algum risco remoto no que respeita à defesa da ordem jurídica e da paz social, se faça a experiência da liberdade condicional ...” (cfr. Código Penal Português, Comentado e Anotado, 17ª Ed. – 2005, 229).

Na hipótese vertente, mostrando-se preenchido o requisito exigido na aludida al. a), não se vislumbra que a concessão da liberdade condicional seja susceptível de postergar as apontadas exigências de prevenção geral.

Deve, pelo exposto, ser concedido provimento ao recurso.

Oportunamente foram colhidos os vistos legais.

II – FACTOS

Com pertinência, têm-se por assentes os factos seguintes:

O recluso **A** foi condenado na **pena de prisão de 2 anos e 3 meses**, por ter cometido um crime de **passagem de moeda falsa**, por ordem do processo comum colectivo n.º CR2-04-0001-PCC (ou PCC-115-04-1) e era primário.

A sua pena de prisão expirará no dia 5 de Dezembro de 2006.

O recluso já cumpriu a pena necessária à concessão da liberdade condicional (ou seja, dois terços da pena).

Com o consentimento do recluso **A**, e ao abrigo do disposto no artigo 467.º do Código de Processo Penal, deu-se início, pela primeira vez, ao julgamento sobre o requerimento de liberdade condicional.

Tanto o Digno Magistrado do Ministério Público como o técnico do IAS e o Comissário-chefe, bem como o Sr. Director do EPM, emitiram os pareceres **favoráveis** à concessão de liberdade condicional ao recluso.

O recluso não cometeu qualquer infracção durante o cumprimento da pena.

Teve “bom” na avaliação de comportamento, e foi classificado como do grupo confiança.

Participou dos trabalhos de limpeza no EP.

Gosta de ocupar os tempos livres.

A família tem um campo para cultivar e o recorrente tenciona dedicar-se à

agricultura.

Há boas perspectivas de inserção e acolhimento familiar, junto da esposa e dos filhos.

Mostra-se arrependido e afigura-se ter interiorizado a gravidade da sua conduta criminosa.

III – FUNDAMENTOS

1. Importa analisar se o despacho que recusou a liberdade condicional do recorrente viola ou não o artigo 56º, n.º 1 do Código Penal, que prevê os requisitos materiais para a liberdade condicional e, assim, se se verificam todos os requisitos para que o recorrente possa beneficiar da liberdade condicional.

2. Estabelece o artigo 56º do C. Penal:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

a) For fundamentado de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e

b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado.”

No caso vertente dúvidas não há quanto à verificação dos requisitos formais indispensáveis à libertação do recluso.

Já quanto àqueles pressupostos de natureza substantiva, a carecerem de integração pelo julgador, por corresponderem a conceitos em aberto, importa saber se os mesmos se verificam.

Os pressupostos materiais de aplicação do instituto em causa residem no «bom comportamento prisional» e na «capacidade de se readaptar à vida social e vontade séria de o fazer» por parte do condenado e podem interpretar-se como a exigência de um **juízo de prognose favorável** sobre o comportamento futuro do delinquente em liberdade.

Na verdade, a concessão da liberdade condicional do arguido condenado e em execução de pena de prisão pressupõe a verificação de um juízo de prognose favorável à aplicação daquela benesse em termos de prevenção geral e especial, importando ponderar, por um lado, a fundada esperança de que o condenado conduzirá, em liberdade, a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, por outro, importando ponderar a compatibilidade entre a libertação antecipada do condenado e a defesa da ordem jurídica e a paz social.

3. O recluso invoca em seu benefício as razões por que entende que deve ser libertado: bom comportamento prisional, adesão a uma perspectiva de reinserção, trabalho no EP, arrependimento, bom relacionamento com a família, garantia de emprego e boas perspectivas de

ressocialização.

Registam-se no despacho recorrido as virtualidades que bem poderiam integrar os fundamentos de uma libertação do recluso:

“O Sr. Director do EPM, o técnico do IAS e o Comissário-chefe já deram as suas respectivas sugestões relativamente à concessão de liberdade condicional (vide a fls. 7-13, 14 e 15 dos autos).

Segundo revelado pelos dados constantes dos autos do presente processo, o condenado não cometeu qualquer infracção durante o cumprimento da pena. Teve “bom” na avaliação de comportamento, e foi classificado como do grupo confiança.”

Mas não obstante estas considerações, a douta decisão concluiu em sentido oposto, ao enfatizar apenas as razões da prevenção geral, em face do crime praticado sem referência a qualquer circunstancialismo relacionado com o seu cometimento e donde se infira uma particular propensão para o crime.

As razões da denegação da liberdade prendem-se sobretudo com a gravidade do crime cometido e esse juízo não é projectado em termos de prognose em qualquer circunstancialismo exógeno às condutas criminosas pelas quais o arguido foi condenado.

Apesar da gravidade da conduta delinvente, enquanto tal, não obstante esse circunstancialismo não seja impeditivo de uma liberdade condicional, é certo que há que ponderar de uma forma mais apertada da possibilidade de se lhe conceder a liberdade condicional.

Como se tem reafirmado já neste Tribunal¹, é a própria lei que estabelece tal índice, relativo ao circunstancialismo concreto do cometimento do crime, não para punir duplamente, mas para efeitos distintos. Num primeiro momento, é um factor de graduação da pena; em sede de execução da pena, constituirá um elemento para aferir uma personalidade e conferir com a conduta posterior e sua projecção na sociedade onde o recorrente se há-de inserir.

A expressão da lei "atentas as circunstâncias do caso," não deixará de significar, nomeadamente, as circunstâncias dos factos ilícitos praticados, ou seja, a natureza e gravidade do crime praticado referido nos autos.

4. Mas o comportamento prisional não deixará de constituir um dos outros índices a relevar de forma especial.

Embora não seja elemento único, é verdade que a conduta prisional apresenta-se como um elemento muito importante para a formulação de um juízo de prognose favorável à libertação do recluso.

A ponderação a fazer deve ter aqui em conta, para além da vertente da prevenção geral, ainda a prevenção especial, relevando negativamente a conduta do condenado, devendo olhar-se o seu passado criminal, numa análise retrospectiva projectada sobre a realidade actual com incidência sobre o devir social, em termos de prognose.

Neste caso concreto o recluso tem o comportamento de *bom*.

¹ - Proc. 47/2005, de 18/3/2005 e Proc. 159/2005 de 28/7/2005 e 206/2005, de 20/10/05

Os diversos pareceres de autoridades diferentes mas com responsabilidades ligada à tutela prisional vão no sentido favorável à libertação do arguido.

Trata-se da apreciação da liberdade condicional do recorrente que cumpre uma pena que expirará em Dezembro próximo.

Era delinquente primário à data dos crimes que determinaram a sua condenação e eventuais condutas censuráveis foram já oportunamente avaliadas, censuradas e punidas.

Ressaltam daqueles indicados pareceres os vectores que motivam a concessão da liberdade condicional: perspectivas de inserção na família (esposa e dois filhos) e no mundo do trabalho, dedicando-se à agricultura de cujo meio é oriundo; tem um comportamento prisional adequado e participou dos trabalhos de interesse comum no EP (trabalhos de limpeza; tem boas perspectivas de reinserção social; não revela sinais de vivências marginais; parece ter interiorizado a gravidade da sua conduta e revela arrependimento relativamente aos factos que determinaram a sua condenação criminal; tem o apoio da família.

5. Assim, operando a mencionada ponderação, - sendo que no despacho recorrido apenas se ponderou a gravidade dos crimes praticados -, é possível na hipótese vertente, formular um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente em liberdade, vista a evolução da sua personalidade em face do seu comportamento prisional.

Nesta conformidade, entende-se que é fundadamente de esperar que o recluso, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo

socialmente responsável, sem cometer crimes, pelo que se entende que estão verificados todos os requisitos previstos na lei para conceder a liberdade condicional ao recorrente.

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em conceder provimento ao recurso e, revogando a decisão recorrida, concedem a liberdade condicional ao arguido **A** ou **A**.

Passe e entregue mandados de soltura.

Sem custas.

Fixam-se os honorários ao Exmo. Defensor em MOP 1000,00 a adiantar pelo GABPTUI.

Macau, 15 de Junho de 2006,

João A.G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong